

# **MOVIMENTOS SOCIAIS E SUSTENTABILIDADE: OS DESAFIOS DA EXTENSÃO RURAL AGROECOLÓGICA EM ASSENTAMENTOS DE REFORMA AGRÁRIA**

Juliano Luis Borges\*

**RESUMO:** A análise dos movimentos sociais deve enfatizar do processo histórico elementos que evidenciam singularidade de seus atores e a configuração de novas formas de ação. Os movimentos sociais rurais quando conquistam seus objetivos – assentamentos - após todo um processo de lutas e reivindicações, estendem o universo construído em meio a esse processo, principalmente sua organização coletiva e consciência política, para o cotidiano dos assentamentos. Esses aspectos acarretam peculiaridades que permitem aos assentamentos a inserção em uma nova organização produtiva no atual contexto da agricultura. A agricultura sustentável absorve em termos concretos esse nível de organização. O trabalho aqui resumido visa proporcionar uma reflexão sobre a viabilidade de assentamentos de reforma agrária no paradigma agroecológico de sustentabilidade, calcado na proposta de “Nova Extensão Rural”, como mediadora de um processo que visa um novo caminho, uma nova perspectiva para a agricultura familiar nos assentamentos rurais do país.

**PALAVRAS-CHAVE:** Movimentos Sociais; Assentamentos Rurais; Extensão Rural. Agroecologia.

---

\* Doutorando em Ciências Sociais pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo - PUC/SP; Bolsista da CAPES (Processo nº 8991/11-1); Pesquisador associado ao Núcleo de Pesquisa, Extensão e Estudos da Complexidade no Mundo do Trabalho (NECOMT) da Universidade do Estado de Mato Grosso – UNEMAT  
E-mail: jlb\_br@yahoo.com.br.

## **SOCIAL MOVEMENTS AND SUSTAINABILITY: CHALLENGES TO AGROECOLOGICAL RURAL EXTENSION IN AGRARIAN REFORM SETTLEMENTS**

**ABSTRACT:** An analysis of social movements underscores items within the historical process that pinpoints the singularity of their protagonists and new types of activities. When rural social movements achieve the desired settlements after a long process of struggles and vindications, they extend the milieu built by the same process of collective organization and political awareness to the daily life of the rural settlements. This fact produces certain specificities that make people in the settlements materialize a new production organization within the agricultural context. Sustainable agriculture absorbed such organization level. Current research discusses the feasibility of agrarian reform rural settlements within the agro-ecological paradigm of sustainability, based on the “New Rural Extension” proposal. It is a mediating process that develops a new pathway and gives a new perspective to family agriculture in Brazil’s rural settlements.

**KEYWORDS:** Social movements; Rural settlements; Rural extension; Agroecology.

### **INTRODUÇÃO**

Os efeitos da produção agrícola, calcada em um padrão tecnológico de acumulação, expansão e fortalecimento do processo capitalista de produção, oriundo da Revolução Verde, são profundamente contestados e criticados por um novo paradigma de desenvolvimento para a agricultura: a sustentabilidade. Dessa forma, dentro da atual discussão de um desenvolvimento sustentável como solução para os efeitos de

uma agricultura degradante, tanto ambiental como socialmente, torna-se necessária a análise e compreensão de um conjunto de conhecimentos teóricos, metodológicos e técnicos que visa desenvolver uma agricultura fundamentada em princípios ecológicos, a chamada Agroecologia. Essa base epistemológica integra, atualmente, uma nova linha de atuação da extensão rural.

A Extensão Rural Agroecológica possui um enfoque que prioriza o pequeno agricultor, sua lógica e dinâmica produtiva, buscando estabelecer novas diretrizes para o processo de sustentabilidade ambiental, econômica e sociocultural. A “nova” extensão rural adquire um caráter que dinamiza a agricultura familiar, até então, do ponto de vista de políticas públicas, deixada na obsolescência. Atendendo a uma heterogeneidade de “tipos”, um deles, a produção em assentamentos rurais de reforma agrária, a Extensão Rural Agroecológica adquire, nesse contexto, uma importância fundamental. As dificuldades enfrentadas nos assentamentos rurais, como consequência do padrão da “agricultura moderna”, intensificam-se com a elevada degradação ambiental, tornando insustentável a relação com o espaço em que estão inseridos.

O processo histórico dos movimentos sociais é condição *sine qua non* para que os assentamentos se configurem de forma peculiar. A forma em que os movimentos se organizam em torno de certos objetivos, através da ação coletiva, demonstra a ênfase na coletividade, em estratégias organizadas e no embate social. Ao desencadear múltiplos processos de luta e resistência, os trabalhadores rurais elaboram toda uma construção social por meio de novas práticas sociais (aumento da percepção crítica através de discussões, debates, reivindicações, etc.) relativas a um projeto coletivo, a reforma agrária e, por conseguinte, a viabilização dos assentamentos rurais.

Os assentamentos rurais possuem características que os condicionam a adotar essas novas práticas, considerando sua trajetória e sua organização coletiva. Assim, consistem em um *locus* ideal para a transição paradigmática, possibilitando aos assentados a inserção na esfera produtiva, orientados pelo enfoque agroecológico alicerçado em políticas públicas adequadas. Essa transição agroecológica necessita de conhecimento científico, progresso técnico e associativismo; por essa razão as práticas emergentes pressupõem uma relação conjunta entre a política de Ater (Assistência Técnica e Extensão Rural) e produtores assentados.

Nesse contexto, este artigo tem por objetivo realizar uma análise sobre a relação entre a sustentabilidade – tendo a agroecologia como uma de suas principais bases para o meio rural – e movimentos sociais do campo, através da dinâmica política de luta pela terra e a organização do trabalho em assentamentos de reforma agrária. A aproximação entre essas esferas tem como principal componente a política de Ater, orientada essencialmente pelo paradigma agroecológico.

Para esta incursão foi realizada pesquisa bibliográfica com acesso a referenciais sobre a temática, os quais permitiram delinear as proximidades existentes entre a proposta agroecológica e os assentamentos rurais e construir o argumento que aponta a Extensão Rural Agroecológica como um caminho para a mudança nas práticas agrícolas degradantes.

A orientação agroecológica, como base científica de uma “nova” extensão rural, encontra espaço para sua consolidação num contexto crítico, com discussões ambientais e sociais. Dessa maneira, as estratégias da extensão rural, inseridas na realidade dos assentamentos, possibilitam um horizonte de propostas e aplicabilidades, tornando importante a elaboração de projetos que visem

a uma reestruturação da política agrária e do desenvolvimento rural.

## **2 DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL E AGROECOLOGIA**

A maioria dos estudos sobre desenvolvimento tende a considerar o aumento da eficácia do sistema de produção, expresso na acumulação material, como traço essencial do desenvolvimento, o que o identifica com o crescimento. A visão que emerge dessa concepção pode ser resumida da seguinte forma: “[...] desenvolvimento técnico-científico ⇨ desenvolvimento sócio-econômico ⇨ progresso e crescimento” (ALMEIDA, 1997, p. 18). Essa concepção foi severamente questionada pela crescente crise ambiental das últimas décadas, o que abriu uma trilha fecunda para a revisão desses conceitos. A pressão ambientalista forçou a tomada de consciência dos limites ecológicos e riscos ambientais do desenvolvimento, problemas desconsiderados nas teorias convencionais (VEIGA, 2008).

A contemporaneidade da questão agrária no Brasil não pode ser dissociada da noção de sustentabilidade ou de desenvolvimento sustentável. Agricultura sustentável refere-se a “[...] um modelo de organização social e econômica baseado em um desenvolvimento equitativo e participativo [...] A agricultura é sustentável quando é ecologicamente equilibrada, economicamente viável, socialmente justa, culturalmente apropriada e fundamentada em um conhecimento holístico” (ATSA<sup>1</sup>, apud EHLERS, 1996, p. 117). Trata-se de gerenciar recursos que visam à conservação

---

1 Alternative Treaty on Sustainable Agriculture (Tratado Alternativo sobre Agricultura Sustentável).

ambiental e à orientação de mudança tecnológica institucional, de maneira a assegurar bem-estar e qualidade de vida para gerações presentes e futuras.

Num cenário em que a insustentabilidade ou inadequação econômica, social e ambiental do atual padrão de desenvolvimento agrícola aponta para a necessidade de visualizar novas perspectivas para a agricultura no Brasil, o desenvolvimento sustentável adquire o principal papel, sendo o principal enfoque de projetos governamentais que buscam soluções e um nível de produtividade compatível com cada um dos diversos sistemas agrários estabelecidos localmente (WAQUIL; SCHNEIDER; FILIPPI, 2010; SCHNEIDER, 2010).

A agricultura sustentável, em especial o padrão agroecológico de produção, surge como uma opção para os agricultores excluídos do sistema produtivo oriundo do padrão de produção praticamente “imposto” pela Revolução Verde (BRUM, 1985; ALTIERI, 1989; EHLERS, 1996; FLORIANI; FLORIANI, 2010). Em contraposição a uma agricultura pautada em parâmetros puramente tecnológicos, cujas consequências secundárias causam danos ambientais e custos sociais, projetos agroecológicos preocupados com uma produção menos impactante ganham terreno.

A Agroecologia surgiu como um enfoque novo ao desenvolvimento agrícola mais sensível às complexidades das agriculturas locais, ao ampliar os objetivos e critérios agrícolas para abarcar propriedades de sustentabilidade, segurança alimentar, estabilidade biológica, conservação dos recursos e equidade junto ao objetivo de uma maior produção (ALTIERI; YURJEVIC, 1991, p. 33. Tradução nossa).

De acordo com Hecht (1991, p. 4, tradução nossa), esse enfoque “[...] incorpora ideias sobre um enfoque da agricultura mais ligado ao meio ambiente, e mais sensível socialmente; centrada não somente na produção sendo também na sustentabilidade ecológica do sistema de produção”. A Agroecologia propõe bases teórico-científicas, com o intuito de promover o desenvolvimento agrícola em pilares consistentes e dinâmicos para um processo de transição para a modalidade de agricultura pautada na sustentabilidade (ALTIERI, 1989; FLORIANI; FLORIANI, 2010).

O caráter científico e tecnológico da Agroecologia demonstra que a modernização pode percorrer um caminho diferente que teve até a atualidade e que uma *ação social coletiva*, incorporando dimensões econômicas, políticas, sociais, ambientais e culturais, pode alavancar um novo processo, que conduzirá a agricultura a novos patamares com base ecológica sustentável.

A Agroecologia proporciona o conhecimento e a metodologia necessários para desenvolver uma agricultura que é ambientalmente consciente, altamente produtiva e economicamente viável. Ela abre a porta para o desenvolvimento de novos paradigmas da agricultura, em parte porque corta pela raiz a distinção entre a produção de conhecimento e sua aplicação. Valoriza o conhecimento local e empírico dos agricultores, a socialização desse conhecimento e sua aplicação ao objetivo comum da sustentabilidade (GLIESSMAN, 2000, p. 54).

Para a transição agroecológica deve-se considerar o *processo de ecologização* da agricultura e o *processo de ação coletiva*. A ênfase desta análise fornece evidências de que os agricultores dos assentamentos rurais de reforma agrária são os principais atores identificados aos *ideais* desse

processo (BORGES, 2010). A ação e a organização coletiva construída durante os movimentos sociais são as bases que reforçam essa concepção.

[...] em meio ao aguçamento dos confrontos com a polícia, agências do Estado e representantes do latifúndio, os sem-terra começam a ter maior clareza do comportamento dominante que subordina e os proletariza. Ocorre um aumento da percepção crítica, tanto pelas ações de integração (discussões, trabalhos conjuntos, etc.) [...] (ZIMMERMANN, 1994, p. 207).

Os movimentos sociais de luta pela terra são responsáveis por uma formação diferenciada de seus componentes através da conscientização política e ação coletiva, contestando os mecanismos de exploração e acumulação da ordem capitalista estabelecida.

### **3 O MOVIMENTO DOS TRABALHADORES RURAIS SEM TERRA (MST) E OS PRINCÍPIOS DA AÇÃO COLETIVA**

Os movimentos sociais podem entendidos como a organização de indivíduos com reivindicações e ideais semelhantes, a partir de uma ação coletiva orientada, que tentam assumir práticas coletivas que possam culminar em benefícios concretos comuns ao grupo, consideradas suas necessidades num dado momento histórico e seu contexto cultural.

Segundo Scherer-Warren (1987, p. 20), os movimentos sociais são definidos como:

[...] uma ação grupal para a transformação (a práxis)



voltada para a realização dos mesmos objetivos (o projeto) sob a orientação mais ou menos consciente de princípios valorativos comuns (a ideologia) e sob uma organização diretiva mais ou menos definida (a organização e sua direção).

Para Touraine, a teoria dos movimentos sociais desenvolve-se ao redor das ações coletivas, das lutas e dos atores. Esses elementos passam a ser constitutivos das definições de ator social, de seu adversário, do campo de disputa e do campo de conflito. “[...] os movimentos sociais são ações coletivas que se desenvolvem sob a forma de lutas ao redor do potencial institucional de um modelo cultural, num dado tipo de sociedade” (GOHN, 1997, p. 149).

Os movimentos sociais, de uma forma mais abrangente, podem ser entendidos, primeiramente, a partir de seu contexto histórico, do qual não podem ser dissociados. “[...] movimento social é a conduta coletiva organizada de um ator de classe lutando contra seu adversário de classe pela direção social da historicidade de uma coletividade concreta” (TOURAINÉ, 1984, apud GOHN, 1997, p. 104).

Da mesma forma que exibem uma relação direta com os aspectos conflituosos da sociedade dada, os agentes sociais orientam suas ações coletivas enquanto classe, no sentido reivindicatório. A análise de Touraine sobre os movimentos sociais mostra que sua orientação não vai necessariamente ao encontro de uma sociedade mais moderna ou avançada, mas, sim, de outra sociedade, daquela que possa atender às necessidades dos atores que conduzem o processo social. Os movimentos sociais estão amparados sobre um processo histórico, contra os interesses do sistema, em defesa de sua cultura e de sua coletividade e se embasam

sobre sua própria experiência.

É nessa situação de conflito, de reivindicações e de embate social, isto é, em situações de mudança, que os atores adotam suas estratégias de ação. No entanto, todo movimento de mudança está sujeito também ao seu inverso; e as resistências surgem em oposição àqueles que de fato assumem os riscos.

É importante destacar a trajetória dos movimentos sociais rurais nas últimas décadas e seu papel preponderante na consolidação dos assentamentos, enfatizando o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), por sua atuação e organização junto aos trabalhadores no campo.

O surgimento do MST acontece num período de *abertura democrática* na década de 80, como consequência de uma série de eventos políticos e fruto da organização de movimentos sociais rurais no sul do país (MEDEIROS, 1989). Também faz parte do contexto de surgimento do MST a modernização da agricultura com suas consequências desastrosas para os trabalhadores rurais, tais como expropriação, exclusão, perdas salariais, desemprego e migração rural-urbana (FERNANDES, 1998; 2000).

A exclusão social que atingiu milhares de trabalhadores, não só no campo como na cidade, impeliu a organização de massas de trabalhadores marginalizados em torno de um movimento com o qual se identificavam e que buscavam reivindicar, através dessa luta, espaços e condições de trabalho negados<sup>2</sup>. Ainda nessa perspectiva, os movimentos sociais de luta

---

<sup>2</sup> Sobre o assunto cf. Grzybowski (1990).

pela terra são concebidos como “[...] formas de ações coletivas reativas aos contextos histórico-sociais nos quais estão inseridos” (SCHERER-WARREN, 1999, p. 14).

Conforme Stédile e Gorgen (1993), o MST tem como característica principal o fato de ser um movimento de massas, ao mesmo tempo em que é um movimento político e sindical. Como fatores que determinaram seu surgimento, encontram-se os de ordem econômica, sociais e políticos, além do contexto de abertura democrática que possibilitou a inserção dos trabalhadores rurais na luta e organização em torno de suas reivindicações.

Sua forma de ação, num primeiro momento, se dá quando os trabalhadores se organizam em grandes grupos para negociação com as autoridades e órgãos do governo; depois utilizam como formas de pressão ocupações de terras, praças e prédios públicos, bloqueio de rodovias, acampamentos, tendo na resistência uma atitude política coletiva. As caminhadas e marchas são vistas também pelo Movimento como importantes formas de pressão sobre os governantes, uma vez que esse tipo de mobilização chama grande atenção da população, assim como os jejuns públicos e greves de fome também são considerados importantes instrumentos de sensibilização da opinião pública (NORDER, 2004).

Na formação do movimento, a partir da conquista de seu espaço político e de socialização, os trabalhadores puderam elaborar práticas e formas de luta que os levaram a uma ampliação do sentido da luta pela terra, que, além do seu aspecto econômico, mostra-se também como um projeto sociocultural que possibilita a transformação de suas próprias realidades (FERNANDES, 1996).

## 4 A ORGANIZAÇÃO COLETIVA E AS POSSIBILIDADES DE TRANSIÇÃO AGROECOLÓGICA EM ASSENTAMENTOS RURAIS

Em meio às discussões sobre a questão agrária no Brasil,<sup>3</sup> o que se tem de concreto hoje são os assentamentos de reforma agrária<sup>4</sup>, resultado de pressões de movimentos sociais de luta pela terra e adotados oficialmente como metas de governo como uma solução para a sempre adiada reforma agrária.

A bibliografia a respeito dos assentamentos aponta para diversos tipos de análises – realizadas no decorrer desse relativamente curto período de existência – a respeito da compreensão do funcionamento da lógica interna da pequena produção familiar em uma situação de um novo espaço e, é nele, que certas noções se impõem frente aos ideais de trabalho coletivo, mobilização de luta e organização política. Os assentados são analisados aqui sob a ótica dos novos produtores familiares rurais, no sentido de que não se configuram entre aquela categoria cujas características principais referem-se ao agricultor familiar *tradicional*, mas no sentido de que se referem a outra lógica de organização familiar, política, profissional e produtiva<sup>5</sup>.

---

3 A respeito desse tema, cf. José Graziano da Silva (1994). A questão agrária brasileira é discutida por Martins (1975), confrontando essa questão com a modernização e industrialização no Brasil.

4 “[...] a segunda metade da década de 80 foi profícua em destacar ‘assentamentos’-modelos, fundamentados na matriz da produção coletiva e/ou associativista, em franca alusão ao projeto defendido pelas organizações ligadas à igreja, aos técnicos progressistas do Estado e às dificuldades de recursos financeiros” (ESTERCI; MEDEIROS; FRANCO, 1992, p. 11).

5 “O conceito de exploração familiar, que procura apreender a importância da pequena produção, não tendo como base categorias estritamente econômicas, necessariamente se contrapõe à noção de empresa agrícola exclusivamente voltada ao mercado, usando tecnologia de ponta e, quase totalmente dependente da sociedade global [...]” (CARMO, 1998, p. 10). Para mais detalhes sobre a distinção entre diversos “tipos” de agricultores familiares cf. Lamarche (1993).

Em busca de soluções práticas para a manutenção das famílias nos lotes conquistados, são muitas as alternativas, mas nem todas sustentadas por aqueles que vivem o assentamento do lado de fora. Como é sabido, o Estado surge nesse cenário como orientador da forma de gestão, impondo desde o início o associativismo como forma de operacionalizar o crédito, que não é concedido individualmente (NORDER, 2004; BERGAMASCO; NORDER, 2003).

Nesse sentido, torna-se importante analisar o papel do Estado junto aos assentamentos não só a partir da viabilização do espaço, crédito e assistência técnica, no sentido de interferência, mas também no sentido de parceria na concretização de projetos, como na área de educação, de apoio a cooperativas, infraestrutura (construção de estradas internas, escolas, postos de saúde, eletrificação, telefonia).

Apesar do contexto diferenciado da sua origem, a partir de um modelo de intervenção do setor público e de um referencial específico de lutas dos movimentos, estes projetos de 'assentamento' vivenciam práticas comuns, que possibilitam esboçar algumas considerações sobre suas trajetórias econômicas e especulares sobre suas estratégias no campo mercantil-financeiro-tecnológico (ESTERCI; MEDEIROS; FRANCO, 1992, p. 10).

A implementação de assentamentos rurais deve levar em conta esses fatores se o que se almeja é, de fato, a reprodução social das famílias assentadas e a garantia de trabalho e de vida em níveis satisfatórios.

Como foi apontado, a agricultura está passando por um momento em que sua prática está sendo orientada por valores ambientais, alicerçados em um contexto de turbulência provocado pela crescente degradação ecológica. O escopo desta discussão se atém ao processo social como

forma de apontar a relação entre transição agroecológica e assentamentos rurais. Essa transição seria um “[...] processo social orientado à obtenção de índices mais equilibrados de sustentabilidade, estabilidade, produtividade, equidade e qualidade de vida na atividade agrária” (CAPORAL; COSTABEBER, 2000, p. 12).

Segundo Costabeber (1998), a ação coletiva constitui um traço fundamental quando se pensa em transição para uma agricultura ecológica, pois o papel que desempenham as *formas associativas* consolida essa nova prática agrícola. As múltiplas dimensões<sup>6</sup> desse processo demonstram a complexidade de uma transição, dessa maneira destaca-se fundamentalmente a *ação coletiva* (uma das principais características dos assentamentos “herdada” dos movimentos sociais). Aliada às práticas sociais, a *ecologização da agricultura* – através dos princípios agroecológicos – é outro componente dessa transição paradigmática da lógica capitalista de acumulação/exploração<sup>7</sup> para a lógica da sustentabilidade.

[...] o MST não é um movimento que pretende levantar as bandeiras ecologista ou ambientalista [...]. No entanto, por uma série de razões, políticas e culturais, com um progressivo amadurecimento e através de uma ótica bastante singular, o mesmo incorpora em sua agenda de luta e em suas reivindicações alguns dos temas muito caros aos ecoambientalistas (GIULIANI, 1997, p. 71).

Um exemplo relevante desse processo foi a elaboração do Projeto de Formação e Educação Ambiental coordenado pela Associação Nacional

---

<sup>6</sup> Segundo Costabeber (1998), são as dimensões econômica, social e ambiental.

<sup>7</sup> Sobre a lógica capitalista na agricultura cf. Abramovay (1992), e a relação dessa lógica com o Estado cf. Schuarz (1990).

de Cooperação Agrícola (ANCA) do MST no Rio de Janeiro. Esse projeto visa estabelecer marcos para a consolidação da sustentabilidade em assentamentos.

[...] em resumo, o objetivo do MST é criar um novo modelo de agricultura, que seja produtivo, socialmente não excludente e que assegure a reprodução da capacidade produtiva e a preservação ambiental. As técnicas agroecológicas têm a vantagem de aumentar a autonomia dos assentados em relação às técnicas convencionais, baixando custos com insumos e melhorando as condições de comercialização dos produtos (MST, 2000, p. 2).

Nos últimos anos a questão ambiental ganhou bastante destaque nas discussões do MST; além dos princípios de luta pela reforma agrária, o movimento integrou em seu discurso e em suas ações novas bases para a produção em assentamentos rurais. Esses elementos aproximaram o MST da noção de sustentabilidade, orientada, fundamentalmente, pela agroecologia. A partir daí, o paradigma agroecológico tornou-se princípio para transformação social. De um lado, questionando o modelo agroexportador atual; de outro, reorientando as estratégias nos assentamentos rurais (BORGES, 2010).

A produção, antes voltada somente para a esfera econômica, adquire novas dimensões: social e ambiental. Para isso, o Movimento inicia um processo de desconstrução/reconstrução de suas bases, as quais devem voltar-se para as particularidades sociais, econômicas, políticas e culturais construídas na localidade. O projeto de desenvolvimento agroecológico apresenta-se, atualmente, como um dos principais enfoques do MST, em busca de uma nova perspectiva para os assentamentos rurais em todo o

país.

O estímulo ao processo de produção baseado na pequena propriedade e sua organização imanente deve envolver ações de preservação do meio ambiente através da política de Ater disponibilizada pelo Estado.<sup>8</sup> Nesse contexto, os esforços de uma “Nova Extensão Rural” seriam indispensáveis para alavancar um processo de transição agroecológica, através de graduais mudanças no manejo dos agroecossistemas<sup>9</sup> nos assentamentos de reforma agrária. O papel do extensionismo vai além do caráter econômico-produtivo, sendo responsável também pela mudança de atitude dos agricultores em relação à preservação dos recursos naturais e a valorização do conhecimento tradicional.

## **5 A “NOVA EXTENSÃO RURAL”**

A extensão rural depara-se com novos desafios. A privatização do sistema vem desde algum tempo sendo insistentemente discutida, além do surgimento de novas propostas de aliar o sistema a novos enfoques, como a agroecologia.

Pautados tanto no desenvolvimento sustentável quanto na importância do papel do Estado, encontram-se aqueles que defendem

---

8 Segundo Costa Neto (1999), os assentados demandavam do governo uma assistência técnica realmente com prometida com os objetivos traçados pelo Movimento (MST).

9 “Os agroecossistemas são ecossistemas semi-domesticados que se dividem em uma série de ecossistemas que têm sofrido um mínimo de impacto humano [...]”. Existem “[...] 4 características principais dos agroecossistemas: 1 - requerem fontes auxiliares de energia, que podem ser humana, animal ou combustível para aumentar a produtividade de organismos específicos; 2 - a diversidade pode ser muito reduzida em comparação com a de outros ecossistemas; 3 - os animais e plantas que dominam são selecionados artificialmente e não por seleção natural; 4 - os controles do sistema são, em sua maioria, externos e não internos já que se exercem por meio de retroalimentação do subsistema” (HECHT,1991, p. 5. Tradução nossa).



propostas onde a Ater acha-se alinhada a um novo tipo de serviço público e à noção de “[...] desenvolvimento sustentável, pautado na sustentabilidade econômica, sócio-ambiental e cultural das sociedades” (CAPORAL; COSTABEBER, 2000, p. 1). Esses autores (p. 11) defendem a agroecologia como paradigma diretivo da ação extensionista, afirmando que “[...] o novo estilo de desenvolvimento rural exige uma Extensão Rural agroecológica e um novo profissionalismo [...]”, pois atualmente a agricultura vem sofrendo um processo de transição, cujos pressupostos encontram-se nas bases de valores voltados às noções de meio ambiente, incorporadas pela opinião pública e pelo setor político. Nesse sentido, a “Nova Extensão Rural” estaria pautada na busca por estratégias voltadas para a sustentabilidade e para a compreensão das especificidades da agricultura familiar.

A Extensão Rural Agroecológica vem sendo construída com o objetivo de buscar, junto às populações rurais, a formação de contextos de sustentabilidade, para resgatar a autonomia dos trabalhadores e recuperar formas de organização e saber local.

Em 2004, o Governo Federal elaborou a Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural (PNATER), sob responsabilidade do Ministério do Desenvolvimento Agrário. A PNATER foi construída através de uma articulação de instituições públicas, organizações civis, movimentos sociais e lideranças de organizações de agricultores familiares. “Essa Política pretende contribuir para uma ação institucional capaz de implantar e consolidar estratégias de desenvolvimento rural sustentável [...]” (BRASIL, 2004, p. 3). Dentre seus princípios está o rompimento com o modelo extensionista baseado na difusão do conhecimento e nos pacotes da Revolução Verde e a adoção da agroecologia como paradigma tecnológico.

[...] as ações da Ater devem privilegiar o potencial endógeno das comunidades e territórios, resgatar e interagir com os conhecimentos dos agricultores familiares e demais povos que vivem e trabalham no campo em regime de economia familiar, e estimular o uso sustentável dos recursos locais (BRASIL, 2004, p. 7).

A nova política de Ater passou a incorporar organizações públicas da sociedade civil com interesse em desenvolver atividades em propriedades rurais, desde a assistência até qualificações e diagnósticos participativos. Essa ampliação das possibilidades de inserção de novas entidades está destacada dentre as diretrizes do Sistema Nacional Descentralizado de Ater Pública (SIBRATER). Constituído em 2006, esse sistema visa criar um espaço institucional compartilhado entre diferentes entidades – com responsabilidades específicas – pertencentes às esferas nacional, estadual e municipal.

Em consonância com as políticas que vêm sendo desenvolvidas, recentemente foi criado, através da Lei Federal nº 12.188/2010, o Programa Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural na Agricultura Familiar e na Reforma Agrária (PRONATER), conjuntamente com a institucionalização em Lei da PNATER (BRASIL, 2010). O PRONATER foi concebido fundamentalmente como instrumento de implementação da política de Ater.

Um circuito burocrático foi organizado para assegurar a execução do programa e o cumprimento dos objetivos da PNATER. Essa preocupação se justifica pela pouca capacidade de acompanhamento e fiscalização do Estado, que não criou mecanismos adequados desde a

implantação da Política Nacional<sup>10</sup>. Não era possível avaliar se os eixos orientadores, como a construção de processos dialógicos e a gradual transição para uma agricultura sustentável, estavam sendo desenvolvidos satisfatoriamente.

Existem muitas dificuldades em romper o paradigma difusionista – ainda presente entre os profissionais – que ergue uma barreira entre a compreensão dos anseios dos agricultores e a transmissão de informações técnicas necessárias. Por isso, a transformação da proposta agroecológica em novos “receituários” pode ser avaliada pelos agricultores como exógena e não ser reconhecida como uma possibilidade de desenvolvimento sustentável nas localidades.

Para que a política de Ater seja realmente eficiente e atenda a heterogeneidade de agricultores é necessária a formação de “[...] profissionais que tenham habilidades para olhar a realidade com as lentes de um novo paradigma e atuar a partir de uma compreensão multidisciplinar e humanista e adotando método e pedagogias construtivistas” (CAPORAL, 2006, p. 28).

Através da nova proposta de Ater espera-se que os extensionistas estejam preparados para melhor compreender as relações sociais do meio onde atuam e as reais necessidades e aspirações que cercam a agricultura em assentamentos de reforma agrária; para melhor atuação junto a esta, defendendo uma extensão rural agroecológica e preparando, conjuntamente aos trabalhadores, meios para o desenvolvimento rural sustentável endógeno.

---

10 De acordo com o Decreto Presidencial nº 7.215/2010, as formas de acompanhamento, controle, fiscalização e avaliação dos resultados serão realizadas por servidores designados pelo MDA e INCRA (BRASIL, 2010a). O monitoramento terá como ferramenta um sistema eletrônico, utilizado periodicamente e a distancia; a fiscalização será realizada nas localidades, por meio de critérios de amostragem.

[...] a relação entre os técnicos e os assentados em torno do conhecimento de cada um é portador será tanto mais democrática quanto mais os assentados não são buscarem ativamente o conhecimento, mas também puderem experimentar o papel de educadores dos técnicos, e os técnicos não só criticarem seu papel de ensinar os assentados, mas principalmente empenharem-se em aprender com os assentados (MASSELI, 1998, p. 154).

A possibilidade da criação de novas relações no espaço produtivo pode inserir os assentados nos caminhos de um processo diferenciado, calcado na sustentabilidade e apreensão crítica dos desenhos agroecológicos para a produção e comercialização locais. Além disso, a incorporação dos princípios políticos e a conscientização dos efeitos proporcionados para os agroecossistemas convergem a proposta da PNATER com as atuais discussões de movimentos sociais como o MST.

Nesse encontro, a *ação coletiva* e o *processo de ecologização*, elementos fundamentais de transição agroecológica, são teoricamente, mais presentes e atuantes. O papel Ater nos assentamentos é um dos elementos fundamentais para essa transição nas localidades, pois estaria alicerçado em um:

[...] processo de intervenção de caráter educativo, transformador, baseado em metodologias de investigação-ação participante que permitem o desenvolvimento de uma prática social mediante a qual os sujeitos do processo buscam a construção e sistematização de conhecimentos que os levem a incidir conscientemente sobre a realidade, tendo como objetivo a promoção do desenvolvimento socialmente equitativo e ambientalmente sustentável, adotando os princípios teóricos da agroecologia como critério para a geração e seleção das soluções mais adequadas e compatíveis com as especificidades de cada agroecossistema e do sistema cultural das pessoas envolvidas no seu manejo (CAPORAL, 1998 apud CAPORAL 2001, p. 15).

A agroecologia requer um agricultor agente ativo de transformação, que insira seus saberes nos processos de produção e comercialização, permitindo relacionar novos elementos com sua prática cotidiana. A “Nova Extensão Rural” estaria, assim, aliada a um novo processo que vem buscando espaço no campo, que é a parceria entre o desenvolvimento com base no bem-estar social das localidades, participação da comunidade e preservação do meio ambiente. Nesse sentido, o respeito ao saber local, às tendências políticas e às orientações produtivas é fundamental para o bom andamento da parceria Ater/assentamentos rurais.

## **6 CONSIDERAÇÕES FINAIS**

A agricultura brasileira necessita de medidas inovadoras e reais de desenvolvimento rural, pautadas em critérios cujas propostas enfoquem a importância do desenvolvimento sustentável e seus resultados. Algumas experiências vêm apresentando novos processos que procuram caminhos alternativos junto às populações do campo, experiências estas que tentam ampliar as possibilidades das populações rurais, com relação não só à produção – plantio, colheita, comercialização – mas também com relação à saúde, habitação, alimentação, educação, proporcionando-lhes um tipo de atuação que se adapte às suas necessidades e que possa ser conjugada com seus hábitos. Esse tipo de ação, baseada na participação, procura levar em conta o meio cultural em que vivem essas populações, despertando o interesse para o debate e a uma orientação crítica de sua realidade social.

Novas diretrizes de desenvolvimento sustentável, no panorama dos assentamentos de reforma agrária, tornam-se uma questão inadiável, não somente no sentido da preservação ambiental, mas também como uma

dinâmica econômica e social. A agroecologia, como a forma de conciliar o meio ambiente com as bases locais, torna-se um processo essencial para o desenvolvimento local sustentável.

O desenvolvimento sustentável em assentamentos rurais está relacionado com um processo de transição em que o assentado é o agente potencializador da dinâmica ambiental, econômica e sociocultural. Na relação desse agente com a prática extensionista há uma progressiva troca de saberes construindo, em conjunto, uma base conceitual e metodológica para romper com a agricultura convencional e incorporar princípios da agricultura ecológica.

A inserção de questões ligadas ao meio ambiente na agenda dos movimentos sociais rurais cresce a cada dia, viabilizando a aproximação dos assentados com bases agroecológicas de produção. A conscientização ambiental e a organização coletiva são características fundamentais para a transição agroecológica. Essa transição realiza-se através de diretrizes de atuação que integra o conhecimento do agricultor com o conhecimento do extensionista, desencadeando uma relação educativa eminentemente transformadora. A “Nova Extensão Rural” possibilita consolidar novas bases de atuação pelo enfoque na sustentabilidade e na relação dialógica com o agricultor.

Nesse sentido, a relação entre políticas públicas (representada pela PNATER) e as características inerentes a assentamentos representam a possibilidade de construção de um processo sustentável, tanto do ponto de vista socioeconômico, como do ponto de vista ambiental. A extensão rural agroecológica adquire um papel fundamental para a agricultura nos assentamentos de reforma agrária, possibilitando um desenvolvimento socialmente equitativo e ambientalmente sustentável para as localidades.

## REFERÊNCIAS

- ABRAMOVAY, R. **Paradigmas do capitalismo agrário em questão**. São Paulo, SP: Hucitec, 1992.
- ALMEIDA, J. A problemática do desenvolvimento sustentável. In: BECKER, D. F. (Org.). **Desenvolvimento sustentável: necessidade e/ou possibilidade?** Santa Cruz do Sul, RS: EDUNISC, 1997.
- ALTIERI, M. A. **Agroecologia: as bases científicas da agricultura alternativa**. Rio de Janeiro, RJ: PTA/FASE, 1989.
- ALTIERI, M. A.; YURJEVIC, A. La Agroecología y el desarrollo en América Latina. In: AGROECOLOGIA y Desarrollo. **Revista del CLADES**, año. I, n. I, marzo, p. 25-36, 1991.
- BERGAMASCO, S. M. P.; NORDER, L. A. C. **A alternativa dos assentamentos rurais: organização social, trabalho e política**. São Paulo, SP: Terceira Margem, 2003.
- BORGES, J. L. **MST: do produtivismo a agroecologia**. São Paulo: Terceira Margem; Goiânia: Ed. da PUC Goiás, 2010.
- BRASIL. **Política nacional de assistência técnica e extensão rural**. Brasília, DF: Ministério do Desenvolvimento Agrário/Secretaria da Agricultura Familiar, 2004.
- \_\_\_\_\_. Lei Nº 12.188, de 11 de janeiro de 2010. Institui a Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural para a Agricultura Familiar e Reforma Agrária – PNATER e o Programa Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural na Agricultura Familiar e na Reforma Agrária – PRONATER, altera a Lei Nº 8.666, de 21 de junho de 1993, e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, Brasília: Casa Civil/Subchefia

para Assuntos Jurídicos, 2010.

\_\_\_\_\_. Decreto Nº 7.215, de 15 de junho de 2010. Regulamenta a Lei Nº 12.188, de 11 de janeiro de 2010, para dispor sobre o Programa Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural na Agricultura Familiar e na Reforma Agrária - PRONATER. **Diário Oficial da União**. Brasília: Casa Civil/Subchefia para Assuntos Jurídicos, 2010a.

BRUM, A. J. **Modernização da agricultura: trigo e soja**. Ijuí, RS: FIDENE, 1985.

CAPORAL, F. R. **La extensión del sector público ante los desafíos del desarrollo sostenible: el caso de Rio Grande do Sul Brasil**. 1998. 517f. Tese (Doutorado) - Programa de Doctorado em Agroecología, Campesinado e Historia, ISEC-ETSIAN, Universidad de Córdoba, España, 1998.

\_\_\_\_\_. **A extensão rural no Rio Grande do Sul: da tradição “Made in USA” ao paradigma agroecológico**. Porto Alegre, RS: EMATER/RS, 2001.

\_\_\_\_\_. Política nacional de Ater: primeiros passos de sua implementação e alguns obstáculos e desafios a serem enfrentados. In: TAVARES, J.; RAMOS, L. (Org.). **Assistência técnica e extensão rural: construindo o conhecimento agroecológico**. Manaus, AM: Bagaço, 2006.

CAPORAL, F. R.; COSTABEBER, J. A. Agroecologia e sustentabilidade: base conceitual para uma nova extensão rural. In: CONGRESSO INTERNACIONAL DE ECONOMIA E SOCIOLOGIA RURAL. 10., 2000, Rio de Janeiro. **Anais...** Rio de Janeiro: Sociedade Brasileira de Economia e Sociologia Rural, 2000.



CARMO, M. S. A produção familiar como locus ideal da agricultura sustentável. In: FERREIRA, A. D. D.; BRADENBURG, A. (Orgs.). **Para pensar outra agricultura**. Curitiba, PR: Ed. da UFPR, 1998.

COSTA NETO, C. Agricultura sustentável, tecnologias e sociedade. In: COSTA, L. F. C. et al. (Orgs.). **Mundo rural e tempo presente**. Rio de Janeiro, RJ: Mauad, 1999.

COSTABEBER, J. A. **Acción colectiva y procesos de transición agroecológica en Rio Grande do Sul, Brasil**. 1998. 422f. Tese (Doutorado) \_ Programa de Doctorado em Agroecología, Campesinado e Historia, ISEC-ETSIAN, Universidad de Córdoba, España, 1998.

EHLERS, E. **Agricultura sustentável: origens e perspectivas de um novo paradigma**. São Paulo, SP: Livros da Terra, 1996.

ESTERCI, N., MEDEIROS, L., FRANCO, M. P. et al. Assentamentos rurais: um convite ao debate. **Revista da ABRA**, v. 22, set./dez. 1992.

FERNANDES, B. M. **MST: formação e territorialização**. São Paulo, SP: Hucitec, 1996.

\_\_\_\_\_. **Gênese e desenvolvimento do MST**. São Paulo, SP: MST, 1998.

\_\_\_\_\_. **A formação do MST no Brasil**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2000.

FLORIANI, N.; FLORIANI, D. Saber Ambiental Complexo: aportes cognitivos ao pensamento agroecológico. **Rev. Bras. de Agroecologia**, Porto Alegre, v. 5, n. 1, p. 03-23, 2010.

GIULIANI, G. M. O Movimento dos trabalhadores rurais sem terra e a questão ecológica. **Revista Universidade Rural**, v. 19/21, n. 1/2, p. 69-

84, 1997. (Série Ciências Humanas e Sociais).

GLIESSMAN, S. R. **Agroecologia**: processos ecológicos em agricultura sustentável. Porto Alegre, RS: Ed. da UFRGS, 2000.

GOHN, G. M. **Teoria dos movimentos sociais**: paradigmas clássicos e contemporâneos. São Paulo, SP: Edições Loyola, 1997.

GRAZIANO DA SILVA, J. A reforma agrária no Brasil. In: STÉDILE, J. P. **A Questão agrária hoje**. Porto Alegre, RS: Ed. da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 1994.

GRZYBOWSKI, C. **Caminhos e descaminhos dos movimentos sociais no campo**. Petrópolis, RJ: Vozes/Fase, 1990.

HECHT, S. B. La Evolución del pensamiento agroecológico. In: AGROECOLOGIA y Desarrollo. **Revista del CLADES**, año I, n. I, p. 2-15, marzo 1991.

LAMARCHE, H. (Coord.). **A agricultura familiar**. Campinas. Ed. da UNICAMP, 1993. Tomo I - Comparação Internacional.

MARTINS, J. S. **Capitalismo e tradicionalismo**. São Paulo, SP: Livraria Pioneira, 1975.

MASSELLI, M. C. **A extensão rural entre os sem-terra**. Piracicaba, SP: Ed. da UNIMEP, 1998.

MEDEIROS, L. S. **História dos movimentos sociais no campo**. Rio de Janeiro, RJ: Fase, 1989.

MST. **Projeto de Formação e Educação Ambiental**. Rio de Janeiro, RJ: Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), 2000.

NORDER, L. A. C. **Políticas de assentamento e localidade**: os desafios da reconstituição do trabalho rural no Brasil. 2004. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) – Wageningen Universiteit, Wageningen, 2004.

SCHERER-WARREN, I. **Movimentos sociais**. Um ensaio de interpretação sociológica. Florianópolis, SC: Ed. da Universidade Federal de Santa Catarina, 1987.

\_\_\_\_\_. **Cidadania sem fronteiras**: ações coletivas na era da globalização. São Paulo, SP: Hucitec, 1999.

SCHNEIDER, S. Situando o desenvolvimento rural no Brasil: o contexto e as questões em debate. **Revista de Economia Política**, v. 30, n. 3, p. 511-531, jul./set., 2010.

SCHWUARZ, A. Lógica do desenvolvimento do Estado e lógica camponesa. **Tempo Social; Revista Social. USP**, São Paulo, v. 1, n. 1, p. 75-144, 1990.

STÉDILE, J. P., GORGEN, F. S. **A Luta pela Terra no Brasil**. São Paulo, SP: Scritta, 1993.

VEIGA, J. **Desenvolvimento sustentável**: o desafio do século XXI. Rio de Janeiro, RJ: Garamond, 2008.

WAQUIL, P.; SCHNEIDER, S.; FILIPPI, E. et al. Avaliação de desenvolvimento territorial em quatro territórios rurais no Brasil. **REDES**, Santa Cruz do Sul, v. 15, n. 1, p. 104-127, jan./abr. 2010.

ZIMMERMANN, N. C. Os desafios da organização interna de um assentamento rural. In: MEDEIROS, L.; BARBOSA, M. V.; FRANCO, M. P. et al.(Orgs.) **Assentamentos rurais**: uma visão multidisciplinar. São

Paulo: Ed. da UNESP, 1994.

*Recebido em: 29 março 2010.*

*Aceito em: 17 abril 2012.*